

Tamille dos Santos Ferreira

**"TECENDO O BEM VIVER:
UM ENSAIO SOBRE DORES, LUTA E RESISTÊNCIA
DE POVOS TRADICIONAIS DA BAHIA E DE SERGIPE"**

Feira de Santana- BA

2022, maio

RESUMO

Esta produção se destina a apresentar os aspectos relacionados à terra e ao território, bem como as relações subjetivas produzidas nos sujeitos envolvidos, a partir da relação que se estabelecem entre as partes, observando se é possível dissociar a pessoa humana da terra e do território ou ainda, as implicações que podem estar inseridas quando se produz um movimento que tende a lidar com tais questões de formas desintegradas. Este estudo será elaborado a partir dos encontros ocorridos nos estados da Bahia e em Sergipe. O primeiro se refere ao I Encontro Nacional da Teia dos Povos da Bahia: Tecendo Alianças para Fortalecer Nossas Lutas pelo Bem Viver dos Povos, realizado entre os dias 05 e 09 de maio de 2022, no assentamento Terra à vista no município de Arataca-Ba. O segundo faz referência ao I Planejamento do Fórum de Comunidades Tradicionais de Sergipe: Terra, Água, Rio e Povo, ocorrido entre os dias 11 e 14 de maio de 2022, na cidade de Aracajú-Se. Os encontros, permitiram observar além das lutas e resistências atuais, aspectos históricos do ativismo dos povos tradicionais e dos movimentos populares, na forma como eles se apresentam nas relações intracomunitárias, utilizando acima de tudo, da relação ancestral, como fundante e norteadora das suas vidas e da vida em comunidade.

Palavras-chave: Território; Resistência; Povos tradicionais; Ancestralidade.

QUEM SE IMPORTA?

*A quem de fato importa, se como, se durmo, se rio ou choro?
A quem de fato importa se no pelear da vida me vi muitas vezes suja, escorada a um tronco que me
sombreava no meio da plantação, de prato na mão alimentando meu corpo ao mesmo tempo que a
alma revigorava para voltar pra lida?*

*A quem de fato importa, se cansada do dia, exausta quase sem guentar em pé, tinha que cuidar da
casa, dos filhos, do marido, dos vizinhos, engolindo a seco meu choro de lamento, que revelava a
minha exaustão?*

*A quem de fato importa, se mesmo com as lágrimas persistindo em molhar meu rosto, uma fala ou
um sorriso, feito como relampejo, arrefecia minha alma escaldada do sol, levando adiante todo o
cansaço, me preparando para o novo dia que não demorava?*

*A quem de fato importa, se para os meus suportarem a peleja, minhas mãos grossas tornavam-se
plumas a dançar entre as ervas do meu quintal produzindo cura para quem precisasse?*

*Importa, de fato, eu digo
Para aquele que recebeu meu afago, que sarou em mim suas dores, que foi capaz de me pôr ao lado
e me dá o meu valor.*

*Importa aos que eu pari, aos que eu peguei em meus braços, saído de outras terras férteis como a
minha.*

Importa quem eu amei, a quem me amou

(Tamille Ferreira)

As últimas décadas têm sido marcadas com alguns “pequenos” avanços no que se refere ao movimento dos povos. A expressão anterior se encontra entre aspas por uma única razão, a força que o capital exerce sobre os corpos que lutam por direitos é esmagadora e desproporcional, de modo que há um movimento contrário que busca inviabilizar esses avanços a todo custo. Não há intenção alguma em minimizar os avanços e conquistas, pelo contrário, depois de anos de muita luta e resistência diária dos povos tradicionais e populares, a luta por garantia de direitos vem tomando uma dimensão mais ampliada, contribuindo ainda mais para a construção de uma articulação de povos cada vez mais empenhada em discutir, compreender e defender seus territórios, uma vez que mesmo assegurado em lei, tem seus direitos vilipendiados.

Em sua participação no livro “Por Terra e Território: caminhos para a revolução dos povos do Brasil” de Ferreira (2021), Tremembé traz uma reflexão muito necessária que corrobora com o que foi dito anteriormente. Ela menciona que o capitalismo conflita com os direitos dos povos tradicionais e que os direitos

assegurados pela constituição são banalizados em detrimento dos interesses dos "grandes". A forma como esses cenários se organizam, são sempre em função de desqualificar os avanços produzidos pelos povos, em defesa dos seus territórios.

Além de relatar as trincheiras da luta e resistência dos povos, é necessário perceber a forma de organização desses corpos, uma vez que seus cantos, ritos, manifestações e tradições se materializam como a própria ferramenta de luta. A experiência de luta e resistência desses povos é pautada pela ocupação e retomada dos seus espaços de vida legítimos, no seu cuidado com a mãe terra e no seu respeito com a ancestralidade e seus guias espirituais.

Com vistas a orientar essa discussão, o texto foi dividido em quatro partes. Na primeira refletiremos como o avanço desenfreado do capital tem sido produzido de forma diferente entre a "elite" e a população de baixa renda, de modo especial, nos territórios de modo de vida tradicional. Na segunda e terceira parte será falado sobre o ativismo das comunidades a que essa produção se refere, evidenciando os problemas relacionados a estes territórios, as lutas em defesa da terra e a forma violenta como o capital vem produzindo vítimas. Na quarta parte, tratarei de expor as expressões culturais e o culto a ancestralidade como modo de resistência do nosso povo.

DISPARIDADE VELADA

O avanço desenfreado do capital no Brasil foi desenhado num panorama dicotômico, de um lado o ganho capital e o acúmulo de riquezas, do outro um rastro de desterritorialização e sofrimento. O primeiro servindo aos grandes senhores e o segundo aos "miseráveis margeados". Mais uma vez o que fica evidenciado é que não há igualdade ou ao menos algo parecido. Mas isso já era de se esperar! Como uma nação construída à base da colonização escravista, e que, ainda vive um processo de negação escravista histórica, poderia pensar em equilibrar a produção de danos ambientais provenientes da expansão do capital e suas subáreas?

Sem fugir à "regra" terminológica, o termo racismo ambiental, elaborado por Benjamin Franklin Chavis Jr, ativista dos direitos civis Americanos, surge para explicar o processo de direcionamento sociopolítico dos impactos ambientais. Nada surpreendente, a distribuição dos impactos ambientais evidencia a desigualdade

social do país. Outro fator agravante é o avanço sobre áreas inexploradas ou ocupadas por populações tradicionais, principalmente indígenas e quilombolas, que se utilizam dos recursos disponíveis na natureza de forma equilibrada. De acordo com Rammê (2012, p.18), pode-se considerar o racismo ambiental como um fenômeno através do qual as políticas públicas ambientais acabam afetando e prejudicando a sociedade de modo desigual.

Ainda que a Constituição Federal assegure no Art. 225 que, “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para a presente e futuras gerações”, o que vemos reproduzidos, de fato, em todas as áreas do país, é o escárnio descarado com nossos recursos naturais.

Uma das estratégias contrárias utilizadas pelos povos afetados para se defender dos ataques da expansão do capital é a articulação conjunta, uma espécie de unificação das lutas sem que se perca a individualidade de cada grupo ou movimento. Algumas dessas representações serão mencionadas nas linhas que seguem, a partir da representação de dois grandes grupos, o Encontro Nacional da Teia dos Povos Bahia e o Fórum de Comunidades Tradicionais de Sergipe.

TECENDO REDES

A forma de se relacionar dos sujeitos em um determinado território ou na produção deste, atribui significados simbólicos nesses mesmos espaços, produzindo, ao passar do tempo, memórias que dão a forma e o tom desses locais. Essas memórias são mecanismos legítimos que caracterizam a identidade de um povo, permitindo acessar o passado, construir o presente e planejar o futuro. Na vida comunitária as memórias circulam livremente por meio da oralidade com histórias contadas através das gerações. Para Fonseca (2021):

O acesso das memórias oportuniza ressignificações de um espaço e tempo, constroem e reconstroem narrativas cotidianas daquilo que foi vivido. As memórias refletem historicidades dos sujeitos acerca do lugar de suas origens, recuperando cenas do narrado e do vivido.

Falar sobre ativismo de povos tradicionais e movimentos populares, é tocar num ponto da história que geralmente não tem seu destaque garantido, é falar sobre

histórias que, para a elite, deve ser mantida nos bastidores. São esses os principais responsáveis pela resistência dos movimentos e pela construção social do país. Neste sentido, suas memórias formam um construto de lembranças coletivas, formando a base de elaboração de narrativas que compõem o território.

Nas últimas décadas, o modo de produção capitalista e suas sub-representações, têm avançado sobre os territórios e periferias, agressivamente, expropriando pessoas de seus territórios, atacando a natureza, trazendo inúmeros problemas às comunidades tradicionais e a todo o planeta.

O modo como os povos tradicionais e os defensores do bem viver lida com a terra, é a forma mais segura de garantia de sobrevivências do planeta e das espécies. Nessa relação simbiótica os tempos são respeitados, os ciclos da terra são compreendidos, a troca é feita bilateralmente de forma equilibrada. Porém, uma vez que as especulações provenientes do capital visualizaram estes espaços apenas como um ganho, ou como um cenário que pode ser modificado a fim de produzir mais lucros, essa relação entra num processo de total desequilíbrio onde ambas as partes saem prejudicadas. O que pensar sobre as catástrofes ambientais e pandêmicas que têm aumentado a cada ano? Seria leviano dizer que tais fenômenos não sejam provenientes dos ataques desenfreados provocados pela expansão do capital e suas subáreas, principalmente quando relacionadas ao desmatamento?

As leis que asseguram o modo de vida dos povos estão sendo suplantadas e substituídas pela ação do capital. Tais ações, produzem, além do extermínio da biodiversidade, sofrimento entre os povos que se conectam à terra e aos recursos naturais. O que chega a ser contraditoriamente perverso, uma vez que tais direitos já são assegurados em lei. No artigo 215, por exemplo, a Constituição Federal determina que “o Estado proteja as manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras, e as de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional”. Já no artigo 215, a Constituição Federal determina que, “deve ser promovido e protegido pelo Poder Público o patrimônio cultural brasileiro, considerando tanto os bens de natureza material quanto imaterial – o jeito de se expressar, ser e viver – dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

Em razão de tantos desmandos, totalmente engajada com o compromisso de articulação territorial e união entre povos, a Teia dos Povos surge como articuladora de povos tradicionais e movimentos populares políticos, rurais e urbanos, no combate à opressão, flagelação e retirada de direitos, destes. Como forma de reforçar o debate

e articular o modo organizativo de luta, a Teia da Bahia, realizou entre dia 5 e 9 de maio de 2022, o I Encontro Nacional de Povos da Teia dos Povos: Tecendo Alianças para Fortalecer Nossas Lutas Pelo Bem Viver dos Povos, realizado no assentamento Terra à Vista, no município de Arataca - Ba.

O encontro contou com a participação de povos originários, quilombolas, assentados e assentadas, povos de terreiro, pescadores artesanais, quebradeiras de coco, camponeses e camponesas e pessoas desterritorializadas apoiadoras da luta, que compunham as Teias: Bahia, São Paulo, Pernambuco, Rio de Janeiro, Maranhão, Ceará e do Rio Grande do Sul, além de aliadas e aliados desterritorializados. Representações populares comprometidas em construir uma grande aliança em defesa da terra, do Território e do bem viver.



Créditos: Alass Deriva | @derivajornalismo



Créditos: Alass Deriva | @derivajornalismo

Os dias de realização do encontro ficam marcados pelos ritos, pelos cantos, pelo rezo, pelo culto aos encantados e pela história de resistência desse povo. A personificação do bem viver se estampando em cada rosto, cada gesto e cada ato ritualístico, produzindo uma aura de conexão entre diferentes povos em prol de uma única causa, a defesa da terra e do território.

Muito parecido com a proposta de organização da Teia Bahia, líderes e representantes das comunidades tradicionais de Sergipe, colaboradores, 350.org e UFS através do Programa de Educação Ambiental com Comunidades Costeiras (PEAC), se reuniram entre os dias 11 e 14 de maio, para deliberar ações de enfrentamentos aos ataques do capital, que avança sobre o território de maneira muito agressiva. A proposta central foi de elencar os conflitos territoriais produzidos pelo avanço do capital nas áreas de preservação, a exemplo das mangabeiras, das marisqueiras e pescadores e pescadoras artesanais. A partir da sensibilização para os problemas que afetam o território, os envolvidos, de forma conjunta, construíram uma relação de ações concretas a serem executadas, além disso elegeram uma comissão, denominada de conselho gestor, para facilitar o diálogo e dar mais celeridade às ações planejadas.

PELA ESCOLA DA LIBERDADE

*Lá pelas bandas sergipanas
Tem gente que está em luta
Com marisqueira e quilombola
O povo da pesca e da cidade
Se juntaram no fórum
Por terra, território e liberdade*

*Defendem os povos e a felicidade
Com endereço de vida
Na escola da luta de verdade
O mar, o rio e a terra
São sentidos da vitória
É assim que se faz liberdade*

*O inimigo é o capital
Que expulsa e mata
Tem o racismo que explora
E o dinheiro com usura
Que destrói o território
Do povo em liberdade*

*Do litoral ao sertão
Terá luta com as mãos
Do mar ao rio
Com muito desafio
A vitória sem vaidade
Na briga por liberdade*

*A luta é por direitos
Pelo território em comunidade
Por festa, trabalho e pão
Com terra e água de verdade
Salve o fórum, viva os povos
Na escola da liberdade*

(Henrique Andrade)



Créditos: @filipechao



Créditos: @filipechao

Vale lembrar, que os problemas de ordem político-ambiental produzidos pelo avanço do capital de forma desenfreada sobre os territórios, atinge todo o país. Do Oiapoque ao Chuí, observamos problemas que vão da ordem social à ordem ambiental, produzindo suas vítimas no campo e na cidade. O que nos leva a refletir sobre a importância de unificação entre os povos vítimas do ataque e da especulação do capital.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E A LINHA DA MORTE

Dentre os conflitos ecológicos existentes, a partir da experiência vivida no território de Sergipe podemos destacar: (a) mineração, com extração ilegal de areia em áreas de preservação. (b) exploração de petróleo, ocasionando diversos vazamentos e descarte ilegal de material no mar e no rio, contaminando praias, extinguindo a pesca artesanal e matando o berço da vida marinha (manguezais). (c) extrativismo vegetal, com a derrubada de mangabeiras, inclusive pelo poder público municipal. (d) carcinicultura, extirpando manguezais para a construção de piscinas para a criação industrial de camarões. (e) especulação imobiliária, expulsando os povos de suas terras para aproveitamento de construção em áreas litorâneas, contribuindo para o encerramento da pesca artesanal e pior, para aterramentos de mangues e rios. O avanço da máquina do capital no estado de Sergipe é assustador e segue fazendo suas vítimas com o aval do poder público.

Além dos impactos socioeconômicos que atinge toda a costa sergipana provocados, direta e indiretamente, pelas atividades marítimas de exploração e produção de petróleo e gás da PETROBRÁS, durante a visita ao estado de Sergipe tivemos a oportunidade de conhecer mais um empreendimento que põe em risco a vida de diversos povos, a linha de transmissão Sterlite (LT 500 kv), construída pela empresa CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe.

Assim como as outras obras, esse gigantesco e criminoso empreendimento possui licença ambiental. Mesmo com todo balé de palavras e maquiagem mal feita, é possível, pela homepage da construtora, observar as áreas mais atingidas pela instalação. Abaixo, temos um recorte extraído da página principal e de livre acesso da construtora.

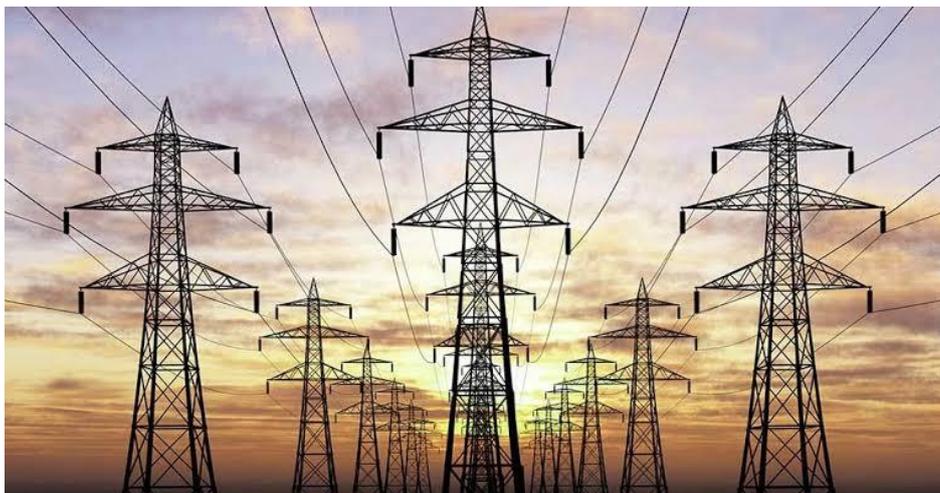
Dentro das exigências ambientais previstas na licença ambiental do empreendimento emitida pela Administração Estadual Do Meio Ambiente de

Sergipe (ADEMA), foi feito ao longo da construção o resgate de fauna e flora acompanhado de especialistas em meio ambiente e uma equipe de arqueólogos habilitados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) acompanhou a abertura da faixa de servidão da linha e todos os trabalhos de escavação. Ao longo da obra, foram descobertos cerca de 20 sítios arqueológicos. O material resgatado pelos arqueólogos foi destinado a um museu sergipano". Outro desafio superado foi a travessia da linha de transmissão no Rio Sergipe. As torres, em aço, têm em média 30 m de altura e os vãos entre duas torres, aproximadamente 500 metros. A travessia do rio exigiu torres muito altas, com 80 metros de altura, pesando cerca de 50 toneladas e um vão de 650 metros. [...] Todo esse trabalho foi feito com uma forte preocupação ambiental, sem interferir na atividade dos pescadores da região`. (Empresa CELSE, grifo nosso).

A quem de fato interessa essas palavras/justificativas? As menções em destaque do texto retirado da homepage da empresa foram feitas de forma intencional, com o intuito confrontar com as falas e colocações dos povos impactados pelo empreendimento. Diferente do que é colocado, a instalação da linha de transmissão infringe todos os direitos dos povos que estão sob sua área de abrangência. Em nenhum dos procedimentos (linha de transmissão ou os mencionados anteriormente), as comunidades impactadas foram consultadas, o que revela mais um desrespeito à soberania territorial das comunidades, infringindo ainda os tratados internacionais da OIT.



Créditos: Sergipe notícias



Créditos: Blog Incubadora UEFS

Esses empreendimentos representam um projeto de expulsão das populações camponesas e quilombolas, e, sob vários argumentos, submetem as comunidades aos impactos e conflitos territoriais decorrentes da expansão capitalista. Inclusive, uma das razões da visita a base da usina termelétrica se justifica devido ao fato de que a comunidade quilombola da qual faço parte, Comunidade Quilombola de Lagoa Grande (AQCOMAQ), e outras comunidades vizinhas, serão impactadas diretamente pela LT 500 kv. Além disso, outros dois agravantes praticados entre as grandes empresas dizem respeito à ausência de consulta prévia livre e informada (CPLI), portanto, sem o mínimo de esclarecimento sobre seus impactos, a outra situação refere-se ao fato de que algumas comunidades nem sequer existem no mapa antropológico feito pela empresa e lavrado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O que fica claro para nós é a má intenção que há por trás dessas instalações e dos órgãos de referência. Em outras palavras, aqueles que deveriam nos defender, nos servem aos senhores em bandejas de prata.

ARTE - RELIGARE ANCESTRAL

“Quando não souber para onde ir,
olhe para trás,
e saiba pelo menos de onde vem”
(Provérbios africanos)

Geralmente quando se fala em arte, automaticamente nossa mente nos remete às grandes obras de artistas renomadas, em formas de quadros ou estatuetas. Lembramo-nos dos museus e das expressões artísticas que atraem os olhares mais refinados, ou outros tantos nem tão refinados assim, mas que analisam, buscando uma forma de dar sentido ao que é observado.

Se limitar a esse pensamento é fechar os olhos para nós mesmos, para toda uma tradição de pertencimento. A arte está em todos os lugares, se expressa de várias formas, é acessível de ser produzida por qualquer pessoa. Está no batuque do tambor de terreiro, no berimbau do Mestre Cobra Mansa, no artesanato de Nice, na pintura e produtos artesanais do povo Pataxó e Tupinambás, está na cerveja artesanal de Otto Payayá, na fala poética de Rosa Tremembé, e de tantos outros que estavam presentes, e dos ausentes também.

Uma das mais belas formas de arte é a expressão cultural de um povo, suas tradições, seu nível de interação comunitária, suas crenças... todo esse contexto gera uma força aglutinadora produzindo um vasto acervo histórico cultural, alicerçado unicamente pela força ancestral.

É na ancestralidade que está o modo de resistir de um povo. De acordo com Ferreira (2021, p. 148), na ancestralidade “há um conjunto de sabedorias e virtudes constitutivas de nossos povos que é mais valioso que armas em uma revolução”. É no saber ancestral que são forjadas as armas da luta.

A ancestralidade é a memória concreta de um determinado grupo, é algo indissolúvel que liga a vida em comunidade ao seu passado histórico, revelando o que temos em comum. São a partir dos saberes ancestrais que aprendemos sobre o cuidado com a terra, o manuseio das ervas, as danças, rezos e rituais, um passado fortemente marcado por luta e resistência quilombola e indígena. Dessa forma, para os “povos da terra”, o futuro é ancestral.

Durante os dias de encontro, regado a um conjunto variado de culturas, todos os corpos embalados aos sons e batuques, faziam reverências aos que vieram antes. A aura de energia ocupava todo o espaço, corpos físicos e espirituais se misturavam manifestando alegria e ensinamento, nos lembrando que não há separação, somos um.

Para os povos da terra, cultivar a ancestralidade é reivindicar o caminho. Reivindicar o que nos foi retirado, reivindicar toda a história de um povo rico e feliz.

CONSIDERAÇÕES

O modo de vida capitalista expropria os povos de suas terras, desorganiza seu modo de viver e produzir sustento, fragilizando e vulnerabilizando esses povos. A lida com a terra parte de respeito a sustentabilidade aprendida de forma ancestral, perpetuando geração após geração. Por outro lado, o foco na maximização dos lucros segue fazendo suas vítimas, quando não com a morte, com a doutrinação dos jovens das comunidades.

A sedução usa como premissa o desenvolvimento e geração de emprego e renda para a população, algo que não deixa de ter sua importância, no entanto, a volatilidade do modo de trabalho proposto pelas grandes empresas se organiza na mesma lógica escravista. Primeiro eles nos arrancam do território, do nosso modo de vida e de produção, nos inserem no mercado de trabalho em cargos subordinados com baixos salários e exploração da mão de obra, nos torna mercadorias passíveis de ser descartadas a primeira apresentação de algum “defeito”, expondo-nos a nossa própria sorte, só que desta vez, descolados da nossa identidade.

Há quem defenda o modo de desenvolvimento capitalista pautado na exploração e expropriação de terras, como uma espécie de desenvolvimento necessário ao país. O problema é, a quem serve esse desenvolvimento, uma vez que as empresas, gerenciadoras de crimes contra o território, produz riquezas e corpos miseráveis na mesma proporção? O capital serve apenas aos capitalistas, e não ao povo. A sobrevivência do povo parte do modo de produção do próprio povo, seja através do cultivo para a subsistência, seja através da agricultura familiar que sustenta o mercado interno de alimentos.

Parafraseando Mestre Joelson, “o modo de vida que queremos construir é o da festa, do trabalho e do pão”. É nisso que se pauta o bem viver! O festejar está entranhado na cultura do nosso povo, se configurando também como meio de cura e de conexão com a terra e nossos antepassados. O trabalho nos dignifica, uma vez que ele não se resume a uma mera produção, ele nos põe ligados ao nosso universo simbólico-espiritual à medida que respeitamos a relação simbiótica entre retirar e devolver o alimento para a terra. O pão, esse alimento que nos nutre, carrega em si todos os elementos envolvidos no processo de produção (o amor, o respeito, o festejar, o culto, o cuidado, o saber ancestral), se tornando um o alimento que nutre não somente o corpo, mas a alma.

REFERÊNCIAS

- ALASS. Registros fotográficos: I encontro nacional da teia dos povos. Deriva Jornalismo e fotografia. @derivajornalismo. Assentamento Terra à Vista, Arataca-BA Maio 2022
- ALMEIDA, Daniela dos Santos; TOTTI, Thula Pires e Virgínia. **Racismo ambiental e a distribuição racialmente desigual de danos ambientais no Brasil.** Departamento de direito PUC-RIO. Rio de Janeiro -RJ 2015.
- BRASIL, Ministério Público Federal. **Territórios de Povos e Comunidades Tradicionais e as Unidades de Conservação de Proteção Integral: Alternativas para o Asseguramento de Direitos Socioambientais.** Série Manual de Atuação, 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. Brasília-DF, 2014.
- FERREIRA, Joelson. **Por terra e território: caminhos da revolução dos povos do Brasil.** Arataca-BA: Teia dos povos, 2021.
- MARQUES, Filipe. Registros fotográficos: I Fórum de Comunidades Tradicionais de Sergipe. @filipechao. PEAC – Aracajú-SE Maio 2022
- NASSER, Rafique. **Povos Tradicionais e aliados se encontram para tecer horizontes na luta por terra e território no Brasil.** Teia dos povos. Arataca-ba, maio de 2022. www.teiadospovos.org/assentamentoterraavista
- NETO, Joaquim Shiraishi. **Direito dos Povos e das Comunidades Tradicionais no Brasil: Declarações, Convenções Internacionais e Dispositivos Jurídicos definidores de uma Política Nacional.** Coleção documentos de bolso, n.º 1 ppgsca-ufam / Fundação Ford.Joaquim Shiraishi Neto, org. Manaus: uea, 2007.
- RAMMÊ, Rogério Santos. **Da justiça ambiental aos direitos e deveres ecológicos: Da justiça ambiental aos direitos e deveres ecológicos.** Caxias do Sul, RS: EducS, 2012.
- RAMOS, Anátalia Daiane de Oliveira, et al. **Capitalismo, território e conflitos: a resistência dos povos e comunidades tradicionais no Brasil.** Revista PerCursos, Florianópolis, v. 19, n. 40, p. 186–220, maio/ago. 2018.
- Sergipe notícias. Registros fotográficos: Crédito fotográfico base termoelétrica. Retirada de: Sergipe notícias.com. Aracajú-SE. maio 2022.
- UEFS - Incubadora Popular. **É HORA DE MOBILIZAÇÃO! - Os riscos trazidos pela “Linha de Transmissão de Energia Elétrica 500kv Porto Sergipe-Olindina-**

Sapeaçu". Incubadora de iniciativas da economia popular e solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana, IEPS/UEFS. Outubro de 2019.
incubadorauefs.blogspot.com.